

Ribeirão Preto, 31 de agosto de 2023.

RA 429-23

À

Valor Sociedade de Crédito Direto S.A.

São Paulo - SP

Atenção da **Diretoria**

Prezados Senhores

Apresentamos o relatório que contém as demonstrações financeiras **Valor Sociedade de Crédito Direto S.A.**, do período findo em 30 de junho de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.S.as. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários, e subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

BLB Auditores Independentes

Escritório de Ribeirão Preto - SP



Rodrigo Garcia Giroldo

Sócio Diretor

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Valor Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Valor Sociedade de Crédito Direto S.A.** ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Valor Sociedade de Crédito Direto S.A.** em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 31 de agosto de 2023.

São Paulo, 31 de agosto de 2023.

Relatório da Administração

A Valor Sociedade de Crédito Direto S/A, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V. Sas. as respectivas Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

Ao longo do primeiro semestre, a companhia auferiu um resultado de R\$ 2.740, ligeiramente maior ao mesmo período de 2022, quando o resultado totalizava R\$ 1.446, mas se mantendo muito satisfatório.

Para o próximo semestre, a companhia deve manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

São Paulo, 31 de agosto de 2023

A ADMINISTRAÇÃO

VALOR SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.

Demonstrações financeiras
em de 30 de junho de 2023

Em Reais

Conteúdo

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

VALOR SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	30/06/2023	31/12/2022		Nota Explicativa	30/06/2023	31/12/2022
Circulante		19.470	17.542	Circulante		13.187	12.430
Caixa e Equivalente de Caixa	4	611	934	Outras obrigações	8	13.187	12.430
Disponibilidades		296	321	Sociais e estatutárias		10.892	10.331
Aplicações financeiras de liquidez imediata		315	613	Fiscais e previdenciárias		1.528	1.535
				Diversas		767	564
Instrumentos Financeiros		17.868	15.095	Patrimônio líquido	9	20.305	18.000
Instrumentos Financeiros		17.868	15.095	'Capital Social		9.000	9.000
Títulos e Valores Mobiliários	5	4.480	4.250	Reserva legal		1.411	1.411
Operações de Crédito	6	13.388	10.845	Reserva especiais de lucros		7.154	7.589
Empréstimos Concedidos		18.130	15.984	Lucro do semestre		2.740	-
(-) Provisão s/Perdas Oper.Crédito		(4.742)	(5.139)				
Outros créditos	7	991	1.513				
Diversos		991	1.513				
Não Circulante		14.022	12.888				
Instrumentos Financeiros	6	13.805	12.666				
Operações de Crédito		13.805	12.666				
Empréstimos Concedidos		13.805	12.666				
Imobilizado		217	222				
		33.492	30.430			33.492	30.430

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

VALOR SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A

Demonstrações de resultados
Semestres 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Receitas da intermediação financeira	12	<u>10.140</u>	<u>8.996</u>
Operações de crédito		9.850	8.672
Resultado de títulos e valores mobiliários		290	324
Despesas da intermediação financeira		<u>(1.796)</u>	<u>(3.054)</u>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.796)	(3.054)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>8.344</u>	<u>5.942</u>
Outras receitas (Despesas) operacionais		<u>(3.911)</u>	<u>(3.525)</u>
Receitas de prestação de serviços		9	11
Despesas de pessoal		(923)	(779)
Outras despesas administrativas	13	(2.738)	(2.646)
Despesas tributárias		(392)	(346)
Outras receitas operacionais		151	248
Outras despesas operacionais		(18)	(13)
Resultado operacional		<u>4.433</u>	<u>2.417</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		<u>4.433</u>	<u>2.417</u>
Imposto de Renda	10	(1.165)	(696)
Contribuição Social	10	(428)	(260)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(100)	(15)
Lucro líquido do período		<u>2.740</u>	<u>1.446</u>
Número de quotas		<u>9.000.000</u>	<u>9.000.000</u>
Lucro líquido do período por quota		<u>0,30</u>	<u>0,16</u>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

VALOR SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A

Demonstrações do Resultado Abrangente

Semestres 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Lucro Líquido:	<u>2.740</u>	<u>1.446</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período:	<u>2.740</u>	<u>1.446</u>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

VALOR SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa Semestres 30 de junho de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	4.554	4.508
Lucro líquido	2.740	1.446
Ajustes:		
Depreciação	18	8
Ajustes de avaliação patrimonial	1.796	3.054
(Aumento) Diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	(5.186)	(5.362)
Títulos e valores mobiliários	(230)	(365)
Relações interfinanceiras		
Operações de crédito	(5.478)	(5.420)
Outros créditos	522	423
Outros valores e bens	-	-
Aumento (Diminuição) nos subgrupos do passivos operacionais	322	(154)
Outras obrigações	322	(154)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(310)	(1.008)
Aquisição de ativo imobilizado	(13)	(64)
Participações no lucro	-	-
Baixas investimentos	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(13)	(64)
Dividendos distribuídos	-	(681)
Juros sobre capital próprio pagos	-	(320)
Aumento de capital	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	-	(1.001)
Aumento em equivalentes de caixa	(323)	(2.073)
Equivalentes de caixa		
No início do período	934	2.771
No final do período	611	698
Aumento em equivalentes de caixa	(323)	(2.073)

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

VALOR SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os semestre findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	9.000	-	1.411	7.589	-	18.000
Outros eventos:						
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	2.740	2.740
Destinações:						
Juros sobre capital proprio provisionados	-	-	-	(659)		(659)
Ganho Tributário de juros sobre o capital próprio				224		224
Saldos em 30 de Junho de 2023	9.000	-	1.411	7.154	2.740	20.305
Mutações no período	-	-	-	(435)	2.740	2.305
Saldos em 1º de janeiro de 2022	9.000	-	1.231	7.769	-	18.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	1.446	1.446
Destinações:						
Juros sobre capital proprio provisionados	-	-	-	(580)		(580)
Ganho Tributário de juros sobre o capital próprio	-	-	-	197		197
Saldos em 30 de Junho de 2022	9.000	-	1.231	7.386	1.446	19.063

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em R\$ Mil)

1 Contexto operacional

A **Valor Sociedade de Crédito Direto S/A (“Valor Financiamentos”)**, CNPJ nº07.799.277/0001-75, iniciou suas atividades no ano de 2004, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Rua Augusta 101 conj. 1.520, Consolação, na cidade de São Paulo, estado do São Paulo.

A **Valor Financiamentos** tem como objetivo principal a concessão de empréstimos e financiamentos a pessoas físicas e jurídicas constituídos na forma de microempreendedores e empresas de pequeno porte, com vistas à viabilização de empreendimentos de natureza profissional comercial ou industrial de pequeno porte, e quaisquer outras operações admitidas a sociedades da mesma natureza, equiparando-se às instituições financeiras para os fins legais.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, aprovada em reunião de Diretoria, realizada em 31 de agosto de 2023, estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Reais (R\$), sendo o Real a moeda funcional da **Valor Financiamentos**.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A **Valor Financiamentos** reconhece os créditos concedidos e demais recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a **Valor Financiamentos** se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A **Valor Financiamentos** desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a **Valor Financiamentos** transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela **Valor Financiamentos** em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a **Valor Financiamentos** tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A **Valor Financiamentos** classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a **Valor Financiamentos** gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentados pela companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Contas a receber de empréstimos e financiamentos

Contas a receber de créditos sob a forma de empréstimos e financiamentos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os saldos não liquidados no período contratual são reclassificados para outras operações e mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Provisão de devedores duvidosos

As operações de empréstimos e financiamentos são classificadas, em ordem crescente de risco e faixas de vencimentos, e são efetuadas com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, nos moldes da Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

- I - em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, pontualidade e atrasos nos pagamentos e limite de crédito;
- II - em relação à operação: natureza e finalidade da transação e valor.

As provisões são constituídas em montantes suficientes para fazer face a perdas prováveis na realização dos créditos.

(v) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela **Valor Financiamentos** na gestão das obrigações de curto prazo.

(vi) **Passivos financeiros não derivativos**

A Valor Financiamentos reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Valor Financiamentos se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Valor Financiamentos desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(vii) **Capital social**

A sociedade é formada por quotas de capital, com valor nominal de R\$ 1,00, e é composta e mensurada pelo valor histórico das subscrições realizadas pelos sócios-quotistas.

b. Imobilizado

b.1 Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

b.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Sistema de Processamento de dados	5 anos

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido a **Valor Financiamentos** em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Para as operações com créditos adquiridos a **Valor Financiamentos** identifica os clientes que apresentam evidências de perdas na expectativa de recebimento e atribui um percentual de provisionamento para eventuais perdas.

d. Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

e. Ativos e passivos contingentes

Referem-se a direitos e obrigações decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Procedem, basicamente, de processos judiciais movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e também de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

f. Imposto de renda e contribuição social

A **Valor Financiamentos** está sob o regime tributário de lucro real, e se sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240.000 anuais. Do mesmo modo, se sujeita à contribuição social na alíquota de 9% sobre o lucro contábil, ajustado conforme a legislação vigente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Conta corrente	296	321
Aplicações com liquidez imediata	315	613
Caixa e equivalentes de caixa	<u>611</u>	<u>934</u>

5 Títulos e Valores mobiliários

Estão representados por aplicações com quotas de fundos de investimento, com liquidez, e totalizaram R\$ 4.480 (2022 – R\$ 4.250).

6 Operações de Crédito

Estão representados por operações de crédito sob a forma de empréstimos, que totalizaram R\$ 31.935 (2022 - R\$ 28.650).

Na data-base houve constituição de provisão para redução ao valor recuperável de operações de crédito, e que representa a melhor estimativa da Administração para perdas com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 4.742 (2022– R\$ 5.139).

CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA POR NÍVEIS DE RISCO

níveis	Situação	30/06/2023		31/12/2022	
		operações	Provisão	operações	provisão
		31.935	4.742	28.650	5.139
NÍVEL A	em dia	24.746	124	21.059	105
NÍVEL B	atrasos até 30 dias	898	8	590	6
NÍVEL C	atrasos de 31 a 60 dias	570	17	531	16
NÍVEL D	atrasos de 61 a 90 dias	480	48	486	48
NÍVEL E	atrasos de 91 a 120 dias	452	136	486	146
NÍVEL F	atrasos de 121 a 150 dias	488	244	1.027	514
NÍVEL G	atrasos de 151 a 180 dias	453	317	556	389
NÍVEL H	atrasos de 181 a 360 dias	3.848	3.848	3.915	3.915

7 Outros Créditos

7.1 Impostos a compensar

Refere-se a impostos pagos por antecipação do próprio exercício ou retidos nas aplicações da Companhia, que serão compensadas na declaração do imposto de renda da pessoa jurídica:

	30/06/2023	31/12/2022
Antecipações de Imposto de Renda do próprio exercício	325	662
Antecipações de Contribuição Social do próprio exercício	91	185
IRRF retidos	45	106
Impostos recolhidos a maior	15	31
	476	984

7.2 Diversos

	30/06/2023	31/12/2022
Adiantamentos diversos	4	19
Créditos Tributários (nota 10)	292	392
Títulos e Créditos a Receber(a)	118	59
Devedores diversos	101	59
	515	529

(a) Representado por saldos de parcelas baixadas de clientes pelo qual os recursos financeiros serão disponibilizados no dia seguinte.

7.3 Totalizador

	30/06/2023	31/12/2022
Impostos a Compensar	476	984
Diversos	515	529
	991	1.513

8 Outras Obrigações

8.1 Sociais e Estatutárias

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Dividendos e Bonificações a Pagar	10.294	10.294
Juros de Capital Próprio	598	37
	<u>10.892</u>	<u>10.331</u>

8.2 Fiscais e Previdenciárias

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda sobre o lucro	1.000	1.002
Contribuição social sobre o lucro	369	379
Imposto sobre operações financeiras (a)	18	16
Impostos e contribuições de terceiros	4	4
Impostos e contribuições sobre salários	50	59
Imposto de renda retido sobre juros sobre capital próprio	16	75
PIS, a COFINS e ISS próprio	71	1.002
	<u>1.528</u>	<u>1.535</u>

(a) Refere-se ao imposto sobre operações financeiras – IOF retidos dos clientes tomadores de empréstimos

8.3 Diversas

	<u>30/06/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para pagamento a efetuar – Despesas com pessoal	237	160
Provisão para pagamento a efetuar – Despesas correntes	69	68
Credores diversos – País	461	336
	<u>767</u>	<u>564</u>

9 Patrimônio líquido

a- Capital social

O capital social é composto por 9.000.000(nove milhões) de quotas (em 2022 – 9.000.000), ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado até a data do balanço, dando continuidade ao planejamento estratégico da **Valor Financiamentos**.

b- Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2023 foram constituídos saldos para reserva legal no valor de R\$ - (R\$ 180 em 31 de dezembro de 2022).

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Impostos Diferidos - Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social

A **Valor Financiamentos** não possui direitos sobre compensação de prejuízos fiscais acumulados, bem como não constituiu ativos diferidos desta natureza

Por outro lado, a **Valor Financiamentos** possui direitos sobre despesas temporariamente dedutíveis sobre a provisão para devedores duvidosos, cuja perda definitiva ainda não reuniu as condições de dedutibilidade permitida pelas regras do imposto de renda, tendo constituído créditos tributários de diferenças temporárias, cujo valor totaliza R\$ 292 (R\$ 392 em 31 de dezembro 2022).

O reconhecimento integral deste ativo decorre da avaliação pela Administração de sua capacidade de geração de lucros futuros para fazerem frente à dedução das referidas perdas, se ocorrerem, ou da reversão da provisão em caso de recuperação dos créditos.

b. Impostos Correntes

A composição dos impostos correntes é a seguinte:

	30/06/2023		30/06/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.433	4.433	2.417	2.417
Adições	1.796	1.796	3.054	3.054
Exclusões	(1.469)	(1.469)	(2.586)	(3.167)
Base tributária	4.760	4.760	2.885	2.885
Alíquota IRPJ (15%) - CSLL (9%)	(714)	(428)	(433)	(260)
Alíquota IRPJ (10%)	(464)	-	(276)	-
Incentivos fiscais	13	-	13	-
Imposto de renda e contribuição social	<u>(1.165)</u>	<u>(428)</u>	<u>(696)</u>	<u>(260)</u>
Efeito tributário JCP	165	59	145	52
Imposto de renda e contribuição social devidos	<u>(1.000)</u>	<u>(369)</u>	<u>(551)</u>	<u>(208)</u>

11 Provisão para contingências

A Administração não identificou montantes a serem provisionados ou divulgados de contingências com processos judiciais. Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

Em relação às ações contrárias à Companhia que tenham risco de perda possível, estas não requerem provisão, e totalizam R\$ 1.135 (R\$ 378 em 31 de dezembro de 2022).

12 Receitas da Intermediação Financeira

As receitas de operações de crédito estão representadas, substancialmente, pelo reconhecimento dos juros aplicados sobre as operações de crédito concedidas pela **Valor Financiamentos**.

As receitas com títulos e valores mobiliários também fazem parte das receitas de intermediação financeira as rendas decorrentes da aplicação de recursos disponíveis, reconhecendo no período os juros incorridos.

Por fim, as receitas de prestação de serviços, estão representadas pelas tarifas cobradas de seus clientes nas operações realizadas no ano.

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
Rendas de Operações de Crédito	9.850	8.672
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	<u>290</u>	<u>324</u>
	<u>10.140</u>	<u>8.996</u>

13 Outras Despesas administrativas

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Aluguel	(225)	(194)
Despesa de processamento	(203)	(135)
Serviços técnicos especializados	(217)	(192)
Comunicação	(80)	(93)
Serviços do sistema financeiro	(254)	(409)
Materiais de escritório	(14)	(10)
Serviços de terceiros	(1.607)	(1.493)
Propaganda e Publicidade	(18)	(23)
Outras despesas administrativas	(87)	(71)
Energia	(12)	(13)
Manutenção e Conservação	(14)	(1)
Seguros	(1)	(4)
Transporte	(6)	(8)
	<u>(2.738)</u>	<u>(2.646)</u>

14 Outras informações

- a. **Provisões para pagamentos a efetuar:** O saldo refere-se a provisões para pagamento de fornecedores referentes a despesas administrativas contratadas, com vencimento no segundo semestre de 2023.
- b. **Despesas com pessoal e honorários:** Compostas por despesas com honorários da Diretoria e respectivos encargos sociais.
- c. **Refis** - Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a **Valor Financiamentos** não efetuou operações com refinanciamento de tributários.
- d. **Instrumentos financeiros derivativos** - Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a **Valor Financiamentos** não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

15 Estrutura de gerenciamento de riscos

A **Valor Financiamentos** pauta sua atuação no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

Para a gestão de risco, a **Valor Financiamentos** mantém uma estrutura de comitê composto pelos principais executivos da sociedade.

A governança corporativa da **Valor Financiamentos** no que diz respeito ao gerenciamento de risco tem seu principal pilar na segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

As definições para os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional a que estão sujeitos a instituição são:

Risco de Mercado: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, inclusive as perdas decorrentes do tamanho da posição detida frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Crédito e Contraparte: a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Risco de Liquidez: a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco Operacional: a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A **Valor Financiamentos** não efetua aplicações próprias de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela **Valor Financiamentos** são aplicações de elevada liquidez, como LFT e quotas de fundos de investimento, em condições normais de mercado.

a. Risco de Mercado

Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado da **Valor Financiamentos** tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A **Valor Financiamentos** não tem posições em seus ativos ou passivos, sujeitas a oscilações significativas de mercado, uma vez que ativos e passivos estão, normalmente, sujeitos aos mesmos indexadores.

b. Risco de Crédito e Contraparte

A **Valor Financiamentos**, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O papel da **Valor Financiamentos** na gestão de crédito é buscar oportunidades com adequado risco versus retorno em qualquer ativo ou contraparte. É papel da **Valor Financiamentos** realizar o monitoramento (analisar, aprovar, definir limites e regras de acompanhamento) periódico da carteira e recomendar a concessão de créditos de acordo com a política interna.

A análise e aprovação de cada tomador, contraparte e em alguns casos da operação ou do ativo de crédito é feita pelo **Comitê de Crédito**.

O comitê avalia e aprova, define limites por emissores, setores e das operações conforme o caso. Também cabe ao comitê analisar o prêmio de risco mínimo necessário.

A periodicidade do comitê é semanal, todas as sextas-feiras e, inclui a participação dos Diretores de Risco, Compliance, Gestão e mais dois sócios e analistas.

O processo utilizado pelo comitê consiste na realização de análise de indicadores financeiros do devedor, da governança da empresa e da estrutura do crédito, que é feita através de materiais da emissão e demais informações disponíveis ou necessárias. Além disso, são feitas reuniões com os bancos coordenadores da emissão e eventualmente com diretores/gerentes financeiros do emissor. De acordo com metodologia própria o emissor passa a ser qualificado pelo “Score **Valor Financiamentos**”, que leva em conta o Rating do emissor (fornecido pelas agências de rating), e uma série de indicadores financeiros, que avaliam a instituição quanto a tamanho, liquidez e nível de endividamento.

Na análise final o crédito é aprovado ou reprovado no comitê. O Diretor de risco e outro sócio possuem voto obrigatório com poder de veto. Se aprovado é definido o limite de crédito para a alocação e definição de prazos para revisão e ratios/índices de acompanhamento. Após a aprovação o crédito passa a constar na Matriz de Crédito **Valor Financiamentos** para consulta e monitoramento

Em relação ao Risco de Contraparte, a **Valor Financiamentos** busca negociar prioritariamente ativos com bom histórico de liquidez. Os clientes são selecionados com base em critérios qualitativos, tanto no que tange a qualidade das informações, quanto pela robustez da instituição.

c. Riscos de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Na **Valor Financiamentos**, o Risco de Liquidez consiste na possibilidade de restrição da demanda pelos ativos integrantes da sua carteira. Assim, o risco de liquidez é avaliado pela capacidade de liquidar um ativo ou portfólio, e pelo impacto nos preços de mercado decorrentes da liquidação do mesmo. Além disso, deve-se avaliar a capacidade de gerar recursos para o cumprimento das obrigações decorrentes dos passivos.

Assim, os riscos de liquidez são separados em:

- **Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa:** refere-se ao perfil de descasamento do passivo e ativo de um fundo;
- **Risco de Liquidez de Mercado:** é o risco de incorrer em perdas ao liquidar uma ou mais posições devido a variações dos preços dos ativos. Quanto maior for o prazo necessário para liquidar uma posição, maior o seu risco.

A **Valor Financiamentos** é uma sociedade de crédito com foco na concessão de empréstimos e financiamentos a microempreendedores e empresas de pequeno porte, sendo assim no caso de operações de crédito com seus clientes que pertençam a um grupo econômico, definem-se os limites de liquidez dos ativos que serão constituídos, conforme o perfil de risco do grupo econômico.

Já a liquidez de mercado é monitorada e avaliada conforme o segmento de mercado de atuação dos clientes tomadores de crédito. Avalia-se a capacidade de liquidez do setor como um todo, monitorando as projeções econômicas e o desenvolvimento realizado nos últimos anos.

d. Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A **Valor Financiamentos** busca investir em desenvolvimento de sistemas e controles internos, visando limitara ocorrência de falhas nos processos que possam gerar perdas para a empresa, mitigando assim, os Riscos Operacionais.

Rotinas de backup de sistemas, ferramentas e base de dados são realizadas diariamente pela área de TI para garantir a recuperação de dados de forma rápida e precisa das informações e de ferramentas de uso por parte da gestão.

A Diretoria tem como função assegurar o cumprimento das Regras, Políticas e Procedimentos Internos, assim como adequação dos procedimentos internos as leis e regulamentação aplicáveis pelo, Banco Central do Brasil e demais órgãos ou entidade de auto regulação. Tem a responsabilidade de divulgar e treinar continuamente os colaboradores para garantir a adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da **Valor Financiamentos** e a constante avaliação e revisão dos procedimentos internos a fim de minimizar preventivamente eventuais riscos operacionais, potenciais situação de conflitos de interesse, falhas de segurança, o uso inadequado de autoridade e qualquer outro descumprimento ao Código de Ética e de Conduta e demais Políticas Internas.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

(ii) Rendas a receber de clientes, outros créditos a receber, fornecedores e outras contas a pagar

Apresentado ao valor histórico que Administração entende que se aproxima do seu valor de mercado em função do curto prazo de vencimento.

(iii) Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Não havendo cotação de mercado, o valor justo é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

a. Risco de taxa de juros e inflação

Decorre da possibilidade de a **Valor Financiamentos** sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

De acordo com suas políticas financeiras, a **Valor Financiamentos** não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a **Valor Financiamentos** sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2020, os principais saldos expostos a riscos de créditos são aplicações financeiras e operações de crédito a receber de clientes conforme demonstrado no balanço patrimonial.

c. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a **Valor Financiamentos** poderia utilizar para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a **Valor Financiamentos** monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

d. Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a **Valor Financiamentos** usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A **Valor Financiamentos** reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras consolidadas em que ocorreram as mudanças.

A tabela abaixo apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e seus níveis na hierarquia de valor justo.

30 de junho de 2023

Ativos financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	4.480	-	-	4.480

31 de dezembro de 2022

Ativos financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras	4.250	-	-	4.250

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, que são uma aproximação razoável do seu valor justo, e seus níveis na hierarquia de valor justo.

30 de junho de 2023

Ativos/(passivos) financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Operações de Crédito	-	27.193	-	27.193
Outros Créditos	-	991	-	991
Total ativos financeiros a valor justo	-	28.184	-	28.184
Outras Obrigações	-	13.187	-	13.187
Total passivos financeiros a valor justo	-	8.512	-	13.187

31 de dezembro de 2022

Ativos/(passivos) financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Operações de Crédito	-	23.511	-	23.511
Outros Créditos	-	1.513	-	1.513
Total ativos financeiros a valor justo	-	25.024	-	25.024
Outras Obrigações	-	12.430	-	12.430
Total passivos financeiros a valor justo	-	12.430	-	12.430

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve transferência entre os níveis de hierarquia de valor justo.

16 Evento Subsequente

A Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos subsequentes até a data de aprovação das demonstrações financeiras.